



REVISTA CIENTÍFICA
**Iara Christian
University**

POLÍTICAS PÚBLICAS E VALORIZAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Eleni Rodrigues da Costa

Resumo

A valorização do professor constitui um dos principais pilares para o fortalecimento da educação pública e para a garantia de um ensino de qualidade. Entretanto, apesar dos avanços previstos na legislação brasileira, observa-se que os profissionais da educação ainda convivem com baixos salários, condições precárias de trabalho, excesso de responsabilidades, sobrecarga administrativa e insuficiência de políticas públicas efetivas voltadas ao desenvolvimento da carreira docente. Diante desse contexto, este artigo analisa os impactos da desvalorização docente promovida pelas políticas públicas na qualidade do ensino ofertado pelas escolas públicas brasileiras. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em autores que discutem a profissão docente, a valorização profissional e as políticas educacionais, além da legislação vigente. Os resultados apontam que a ausência de investimentos consistentes na carreira docente compromete não apenas o desempenho profissional dos professores, mas também o processo de ensino e aprendizagem, refletindo diretamente na motivação dos educadores, no rendimento escolar dos estudantes e nos indicadores educacionais. Conclui-se que a efetivação de políticas públicas permanentes de valorização profissional é condição indispensável para a melhoria da educação pública brasileira.

Palavras-chave: valorização docente; políticas públicas; educação pública; qualidade da educação; professor.

1 Introdução

A educação representa um dos principais instrumentos de transformação social, sendo responsável pela formação cidadã, pelo desenvolvimento econômico e pela redução das



desigualdades. Nesse cenário, o professor ocupa posição central, uma vez que é o principal mediador do processo de ensino e aprendizagem. Apesar dessa relevância, a profissão docente ainda enfrenta inúmeros desafios relacionados à valorização profissional, especialmente no âmbito das políticas públicas educacionais.

Embora a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação estabeleçam princípios voltados à valorização dos profissionais da educação, observa-se que muitas dessas garantias permanecem distantes da realidade vivenciada nas escolas públicas brasileiras. Questões como remuneração insuficiente, infraestrutura inadequada, excesso de alunos por sala, jornadas extensas, acúmulo de funções e escassez de oportunidades de formação continuada evidenciam um cenário de precarização do trabalho docente.

Nos últimos anos, as transformações sociais, econômicas e tecnológicas ampliaram significativamente as responsabilidades atribuídas aos professores. Além de ensinar os conteúdos previstos no currículo, esses profissionais passaram a desempenhar funções relacionadas ao acolhimento emocional dos estudantes, à mediação de conflitos, à inclusão escolar, ao acompanhamento das famílias e ao cumprimento de diversas demandas administrativas. Entretanto, essa ampliação das atribuições não foi acompanhada por políticas públicas capazes de assegurar melhores condições de trabalho e reconhecimento profissional.

A desvalorização docente produz impactos que ultrapassam a esfera individual do professor. Ela compromete o clima escolar, aumenta os índices de adoecimento físico e emocional, reduz a motivação profissional e influencia diretamente a qualidade do ensino oferecido aos estudantes. Como consequência, observa-se o crescimento da evasão da carreira docente, dificuldades na atração de novos profissionais para o magistério e prejuízos ao desempenho educacional.

Nesse contexto, torna-se pertinente discutir de que maneira as políticas públicas têm contribuído — ou deixado de contribuir — para a valorização dos professores da educação pública brasileira. Assim, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa:



Quais são os impactos da desvalorização docente promovida pelas políticas públicas na qualidade do ensino?

Para responder a essa problemática, estabelece-se como objetivo geral analisar os impactos da desvalorização docente decorrente das políticas públicas na qualidade da educação pública brasileira.

Como objetivos específicos, pretende-se:

- Analisar o conceito de valorização docente na legislação brasileira;
- Identificar os principais desafios enfrentados pelos professores da educação pública;
- Compreender a influência das políticas públicas nas condições de trabalho docente;
- Discutir os reflexos da valorização profissional na qualidade do ensino e da aprendizagem.

Este estudo justifica-se pela relevância social e acadêmica do tema. Discutir a valorização dos professores significa refletir sobre a qualidade da educação oferecida à população, considerando que nenhuma política educacional alcança resultados satisfatórios sem profissionais motivados, reconhecidos e adequadamente valorizados. Espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar as discussões acerca da formulação de políticas públicas mais efetivas, capazes de fortalecer a carreira docente e promover melhorias no sistema educacional brasileiro.



2.1 A valorização docente como princípio das políticas públicas educacionais

A valorização dos profissionais da educação é um princípio previsto na legislação brasileira e constitui um dos elementos essenciais para a garantia do direito à educação de qualidade. A Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, estabelecendo que a valorização dos profissionais da educação deve ocorrer por meio de planos de carreira, ingresso por concurso público, piso salarial profissional e formação continuada. Esses princípios foram reafirmados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e fortalecidos pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), que estabeleceu metas específicas para a valorização docente.

Entretanto, a existência de dispositivos legais não garante, por si só, a efetivação dos direitos previstos. Em diferentes regiões do país, observa-se que muitos professores ainda enfrentam baixos salários, condições precárias de trabalho, jornadas extensas e limitações quanto ao acesso à formação continuada. Essa realidade demonstra uma distância entre o que é assegurado pela legislação e o cotidiano vivenciado pelos profissionais da educação.

As políticas públicas educacionais exercem papel decisivo nesse processo. Quando são planejadas de forma contínua e articulada, podem fortalecer a profissão docente por meio de investimentos na carreira, na infraestrutura escolar e no desenvolvimento profissional. No entanto, quando são descontínuas ou insuficientes, contribuem para a precarização do trabalho docente e para o enfraquecimento da qualidade da educação pública.

Nesse sentido, compreender a valorização docente exige uma análise que ultrapasse a dimensão salarial. Valorizar o professor significa reconhecer sua importância social, garantir condições adequadas de trabalho, oferecer oportunidades permanentes de formação, assegurar estabilidade profissional e promover políticas que fortaleçam sua autonomia e sua participação nas decisões educacionais.

2.2 O papel social do professor na construção da educação



O professor ocupa uma posição estratégica na sociedade por ser responsável pela mediação do conhecimento e pela formação integral dos estudantes. Sua atuação vai muito além da transmissão de conteúdos curriculares, envolvendo também a formação ética, cidadã, crítica e humana dos educandos.

Paulo Freire (1996) afirma que ensinar não consiste em transferir conhecimentos prontos, mas em criar possibilidades para que os alunos construam seu próprio saber. Para o autor, o processo educativo deve ser fundamentado no diálogo, no respeito às diferenças e na valorização das experiências dos estudantes. Dessa forma, o professor assume o papel de mediador da aprendizagem e agente de transformação social.

Freire também destaca que a prática docente exige compromisso ético, responsabilidade e permanente reflexão sobre o fazer pedagógico. O educador não atua apenas como transmissor de informações, mas como sujeito que aprende ao ensinar e ensina ao aprender, estabelecendo relações de reciprocidade com seus alunos.

Nessa perspectiva, a valorização do professor torna-se condição indispensável para que ele possa desenvolver plenamente sua função social. Um profissional desmotivado, sobrecarregado e submetido a condições inadequadas de trabalho encontra maiores dificuldades para promover práticas pedagógicas inovadoras e significativas.

2.3 A profissionalização docente e a construção dos saberes

A profissão docente é marcada pela complexidade e pela necessidade constante de atualização. Maurice Tardif (2014) destaca que os saberes dos professores são construídos ao longo da formação acadêmica, da experiência profissional e das relações estabelecidas no ambiente escolar.

Segundo o autor, o trabalho docente envolve diferentes tipos de conhecimentos: os saberes disciplinares, relacionados ao conteúdo das áreas do conhecimento; os saberes curriculares, vinculados às orientações educacionais; os saberes pedagógicos, referentes às metodologias de ensino; e os saberes experienciais, construídos no cotidiano da prática docente.



Essa diversidade demonstra que ensinar exige competências que vão muito além do domínio do conteúdo. O professor precisa compreender os processos de aprendizagem, adaptar estratégias pedagógicas, lidar com diferentes realidades sociais e desenvolver habilidades para resolver problemas que surgem diariamente na escola.

Entretanto, para que esses saberes possam ser continuamente aprimorados, torna-se indispensável que existam políticas públicas voltadas à formação continuada e ao desenvolvimento profissional. A ausência desses investimentos compromete tanto o crescimento da carreira quanto a qualidade da prática pedagógica.

2.4 As contribuições de António Nóvoa para a valorização da profissão docente

António Nóvoa defende que a valorização da profissão docente depende do fortalecimento da identidade profissional e da autonomia dos professores. Para o autor, a melhoria da qualidade da educação passa necessariamente pelo reconhecimento dos educadores como protagonistas das políticas educacionais.

Nóvoa (1995) argumenta que muitas reformas educacionais são elaboradas sem a participação efetiva dos professores, fazendo com que decisões importantes sejam tomadas por instâncias administrativas distantes da realidade das escolas. Como consequência, os profissionais da educação acabam sendo responsabilizados pelos resultados obtidos, mesmo quando não participaram da construção das políticas implementadas.

Além disso, o autor destaca que o desenvolvimento profissional ocorre de forma contínua e coletiva. A troca de experiências entre professores, a pesquisa sobre a própria prática e a reflexão crítica constituem elementos fundamentais para o aperfeiçoamento da docência.

Sob essa perspectiva, políticas públicas que incentivem a formação colaborativa e a participação docente nas decisões educacionais contribuem significativamente para o fortalecimento da profissão.

2.5 A precarização do trabalho docente



Nas últimas décadas, o trabalho do professor sofreu profundas transformações. Além das atividades relacionadas ao ensino, os docentes passaram a desempenhar inúmeras funções administrativas, sociais e emocionais.

Libâneo (2013) afirma que a escola contemporânea passou a assumir responsabilidades que anteriormente pertenciam à família e a outras instituições sociais. Como consequência, o professor tornou-se responsável por mediar conflitos, desenvolver projetos sociais, acompanhar questões emocionais dos estudantes, produzir relatórios, alimentar sistemas digitais, participar de reuniões constantes e cumprir diversas exigências burocráticas.

Essa ampliação das responsabilidades ocorreu sem que houvesse, na mesma proporção, melhorias salariais ou redução da carga de trabalho. O resultado tem sido o aumento da sobrecarga profissional, do estresse ocupacional e do adoecimento físico e emocional dos professores.

Pesquisas recentes apontam crescimento dos casos de ansiedade, depressão, síndrome de burnout e afastamentos por problemas relacionados à saúde mental entre docentes da educação básica. Esses fatores interferem diretamente na motivação profissional e, consequentemente, na qualidade do ensino.

A precarização também se manifesta na infraestrutura de muitas escolas públicas, que ainda apresentam carência de materiais didáticos, equipamentos tecnológicos, espaços adequados para planejamento pedagógico e ambientes favoráveis ao desenvolvimento das atividades escolares.

2.6 A desvalorização docente e seus impactos na qualidade da educação

A qualidade da educação está diretamente relacionada às condições de trabalho dos professores. Diversos estudos demonstram que sistemas educacionais que investem na valorização docente apresentam melhores indicadores de aprendizagem e maior estabilidade das equipes escolares.



Saviani (2009) afirma que não existe educação de qualidade sem professores valorizados. Segundo o autor, políticas públicas voltadas apenas para avaliações externas e metas quantitativas tornam-se insuficientes quando não são acompanhadas por investimentos consistentes na formação, na carreira e nas condições de trabalho dos educadores.

Quando o professor não encontra reconhecimento profissional, sua motivação tende a diminuir, afetando o planejamento das aulas, a inovação pedagógica e o acompanhamento individual dos estudantes. Essa situação contribui para o aumento das dificuldades de aprendizagem, da evasão escolar e dos baixos resultados em avaliações educacionais.

Além disso, a desvalorização influencia diretamente a atratividade da carreira docente. Muitos jovens deixam de escolher o magistério como profissão devido à baixa remuneração e às dificuldades enfrentadas pelos professores. Esse fenômeno compromete a renovação dos quadros profissionais e agrava a falta de docentes em diversas áreas do conhecimento.

Portanto, investir na valorização docente significa investir na aprendizagem dos estudantes, na permanência dos profissionais na carreira e na construção de uma educação pública mais justa, democrática e socialmente comprometida.

2.7 Políticas públicas e perspectivas para a valorização docente

A construção de políticas públicas efetivas para a valorização docente exige planejamento de longo prazo, continuidade administrativa e compromisso político. Não basta criar programas temporários ou ações isoladas; é necessário desenvolver estratégias permanentes que assegurem melhores condições de trabalho, remuneração compatível, formação continuada e oportunidades de crescimento profissional.

Nesse contexto, o fortalecimento dos planos de carreira, o cumprimento do piso salarial nacional, a ampliação dos investimentos em infraestrutura escolar e a participação ativa dos professores na elaboração das políticas educacionais representam medidas fundamentais para superar o cenário de desvalorização.



Além disso, torna-se imprescindível que as políticas públicas reconheçam o professor como sujeito central do processo educativo. Investir na carreira docente não constitui apenas uma forma de valorização profissional, mas uma estratégia indispensável para promover a melhoria da aprendizagem, reduzir desigualdades educacionais e fortalecer a educação pública brasileira.

3 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender os impactos da desvalorização docente promovida pelas políticas públicas e suas implicações para a qualidade do ensino na educação pública brasileira.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador estabelecer contato com estudos já publicados sobre determinado tema, possibilitando a construção de análises fundamentadas em diferentes perspectivas teóricas. Nesse sentido, foram consultados livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais que abordam a valorização docente, as políticas públicas educacionais e a qualidade da educação.

Também foram analisados documentos legais que orientam a educação brasileira, entre eles a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e a Lei nº 11.738/2008, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

A fundamentação teórica foi construída a partir das contribuições de autores reconhecidos na área da Educação, como Paulo Freire, Dermeval Saviani, António Nóvoa, Maurice Tardif e José Carlos Libâneo, cujas obras discutem a formação docente, os saberes profissionais, as políticas educacionais e a valorização do magistério.

Os dados foram analisados por meio da interpretação crítica da literatura consultada, buscando identificar convergências entre os estudos e compreender de que forma as políticas



públicas influenciam as condições de trabalho dos professores e, consequentemente, a qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas brasileiras.

A pesquisa respeitou os princípios éticos da produção científica, utilizando apenas fontes públicas e devidamente referenciadas, garantindo a fidedignidade das informações apresentadas.

4 Resultados

A análise da literatura evidencia que a valorização docente permanece como um dos maiores desafios da educação pública brasileira. Apesar dos avanços legais conquistados nas últimas décadas, a efetivação das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da carreira docente ainda ocorre de forma desigual entre os estados e municípios.

Os estudos analisados demonstram que a desvalorização do professor manifesta-se em diferentes dimensões. A remuneração insuficiente continua sendo uma das principais dificuldades enfrentadas pelos docentes, especialmente quando comparada à complexidade das funções desempenhadas. Em muitas redes de ensino, os professores precisam assumir jornadas em mais de uma escola para complementar a renda, reduzindo o tempo disponível para planejamento, formação continuada e convivência familiar.

Outro aspecto recorrente refere-se às condições de trabalho. Diversas pesquisas apontam que parte das escolas públicas apresenta infraestrutura inadequada, falta de recursos pedagógicos, excesso de estudantes por sala de aula e carência de apoio técnico e pedagógico. Essas limitações dificultam a implementação de práticas inovadoras e comprometem o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

A literatura também evidencia que a ampliação das responsabilidades atribuídas aos professores intensificou a sobrecarga profissional. Além do planejamento e da condução das aulas, os docentes passaram a desempenhar funções relacionadas ao acompanhamento sócio emocional dos estudantes, à mediação de conflitos, ao preenchimento de sistemas administrativos, à elaboração de relatórios e à participação em reuniões e formações obrigatórias.



Embora essas atividades sejam importantes para o funcionamento da escola, sua acumulação contribui para o aumento do desgaste físico e emocional.

Outro resultado observado refere-se ao adoecimento docente. Os estudos consultados registram um crescimento significativo de casos de estresse, ansiedade, depressão e síndrome de burnout entre professores da educação básica. Esses fatores impactam diretamente a qualidade do trabalho pedagógico, influenciando a motivação, a permanência na carreira e o desempenho profissional.

A pesquisa também demonstra que a desvalorização da carreira afeta a atratividade do magistério. Cada vez menos jovens demonstram interesse em ingressar na profissão, o que representa um desafio para a renovação do quadro de professores e para a continuidade das políticas educacionais.

Por outro lado, os estudos revelam que redes de ensino que investem em formação continuada, planos de carreira estruturados, remuneração adequada e melhores condições de trabalho apresentam índices mais elevados de permanência dos professores, maiores satisfação profissionais e melhores resultados de aprendizagem.

Assim, os resultados confirmam que a valorização docente constitui um elemento estratégico para o fortalecimento da educação pública e para a melhoria da qualidade do ensino.

5 Discussão

Os resultados obtidos nesta pesquisa reforçam que a valorização docente não pode ser compreendida apenas como uma questão salarial. Embora a remuneração digna seja um direito fundamental, a valorização profissional envolve um conjunto de fatores que incluem condições adequadas de trabalho, formação continuada, reconhecimento social, estabilidade profissional e participação dos professores na construção das políticas educacionais.

As reflexões de Paulo Freire (1996) permitem compreender que ensinar é um ato profundamente humano e transformador. O professor não é apenas um transmissor de conteúdos,



mas um sujeito que constrói conhecimentos juntamente com seus estudantes. Entretanto, quando esse profissional trabalha em condições precárias e sem o devido reconhecimento, sua capacidade de desenvolver práticas pedagógicas inovadoras é significativamente reduzida.

Nesse mesmo sentido, Tardif (2014) destaca que os saberes docentes são construídos ao longo da experiência profissional e da formação permanente. Assim, políticas públicas que limitam investimentos em formação continuada comprometem diretamente o desenvolvimento profissional dos professores e, conseqüentemente, a qualidade da educação.

As contribuições de António Nóvoa também dialogam com os resultados encontrados. O autor defende que os professores precisam ser protagonistas das transformações educacionais e participar ativamente da formulação das políticas públicas. Contudo, observa-se que muitas reformas são implementadas sem considerar as experiências e os conhecimentos produzidos no cotidiano escolar, o que gera distanciamento entre as políticas educacionais e a realidade vivida pelos docentes.

Saviani (2009) reforça que nenhuma reforma educacional alcançará resultados consistentes se não houver investimento efetivo na valorização do professor. Essa afirmação torna-se evidente diante dos resultados analisados, que demonstram a relação direta entre melhores condições de trabalho e melhoria dos indicadores educacionais.

Outro aspecto relevante refere-se ao reconhecimento social da profissão docente. Nas últimas décadas, os professores passaram a assumir responsabilidades que extrapolam o ensino, envolvendo questões emocionais, familiares e sociais dos estudantes. Embora essa atuação demonstre o compromisso da categoria com a formação integral dos educandos, ela também evidencia a necessidade de políticas públicas que ofereçam suporte institucional, equipes multidisciplinares e melhores condições para o exercício da docência.

Dessa forma, a desvalorização docente produz impactos que ultrapassam a esfera profissional. Seus efeitos refletem na aprendizagem dos estudantes, no clima escolar, na



permanência dos professores na carreira e na capacidade do sistema educacional de oferecer uma educação pública de qualidade.

Os resultados desta pesquisa permitem concluir que investir na valorização dos professores significa investir diretamente no futuro da educação brasileira. Mais do que cumprir dispositivos legais, é necessário construir políticas públicas permanentes, capazes de reconhecer a importância social da docência e garantir condições dignas para o exercício da profissão.

6 Considerações finais

A valorização docente representa um dos principais desafios da educação pública brasileira e constitui um elemento indispensável para a promoção de um ensino de qualidade. Ao longo desta pesquisa, verificou-se que, embora a legislação brasileira reconheça a importância dos profissionais da educação e estabeleça mecanismos voltados à sua valorização, a efetivação dessas garantias ainda encontra inúmeros obstáculos no contexto das políticas públicas.

A análise da literatura permitiu compreender que a desvalorização docente não se restringe à questão salarial. Ela envolve um conjunto de fatores que impactam diretamente o exercício da profissão, tais como a precariedade das condições de trabalho, a sobrecarga de funções, a insuficiência de investimentos em formação continuada, a falta de infraestrutura adequada nas escolas e o reduzido reconhecimento social da carreira docente.

Os resultados evidenciaram que essas dificuldades interferem significativamente na motivação dos professores, no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e na permanência de profissionais qualificados na carreira. Além disso, constatou-se que os impactos da desvalorização alcançam toda a comunidade escolar, refletindo na aprendizagem dos estudantes, no clima organizacional das escolas e nos indicadores de qualidade da educação pública.

Ao responder à questão norteadora desta pesquisa — Quais são os impactos da desvalorização docente promovida pelas políticas públicas na qualidade do ensino? — conclui-se que esses impactos são profundos e multifatoriais. A ausência de políticas públicas permanentes e



efetivas de valorização profissional compromete não apenas o trabalho do professor, mas também o direito dos estudantes a uma educação pública de qualidade, equitativa e socialmente referenciada.

Nesse contexto, torna-se evidente que políticas públicas voltadas exclusivamente para avaliações externas e metas de desempenho não são suficientes para promover mudanças significativas na educação brasileira. É imprescindível que os investimentos contemplem, de forma integrada, a valorização da carreira docente, a melhoria das condições de trabalho, o fortalecimento dos planos de carreira, o cumprimento do piso salarial nacional, a formação inicial e continuada de qualidade e a participação dos professores na formulação e implementação das políticas educacionais.

Outro aspecto relevante refere-se ao reconhecimento do professor como protagonista do processo educativo. A valorização da docência deve ultrapassar o campo normativo e transformar-se em uma prática efetiva de Estado, sustentada por políticas públicas contínuas, capazes de assegurar estabilidade, autonomia profissional e condições dignas para o exercício da profissão.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões sobre a valorização docente no cenário educacional brasileiro, incentivando novas pesquisas que aprofundem essa temática sob diferentes perspectivas. Considera-se que investir nos professores significa investir na aprendizagem, na cidadania e no desenvolvimento social do país. Uma educação pública de qualidade somente será possível quando aqueles que a constroem diariamente forem efetivamente reconhecidos, respeitados e valorizados.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.



BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, António. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.



REVISTA CIENTÍFICA
**Iara Christian
University**